

EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O CONTROLE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: VIVENCIANDO UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Autores:

Maria do Carmo Sales Monteiro; Suely Levy Bentubo Fonseca; Maria Cícera de Salles; Maria Adenilda Mastelaro; Ana Rosa Garcia da Costa; Teresa Cristina Lara de Moraes; Frederico Soares de Lima; e Maria Bertolina de Moraes.

Contato:

Maria do Carmo Sales Monteiro
(11) 97234-3627

Instituição:

Prefeitura de São Paulo - Secretaria Municipal da Saúde
Escola Municipal de Saúde
Assessoria de Gestão Participativa
Conselho Municipal de Saúde

INTRODUÇÃO

Esse trabalho relata a experiência do Grupo de Trabalho para Educação Permanente do Controle Social (GTEPCS) instituído como Grupo Permanente para apoio à Comissão de Educação Permanente do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo (CMS). Compete a esse grupo apoiar, orientar, propor e fiscalizar os Planos de Educação Permanente para o Controle Social junto à comissão. Inicialmente esse grupo de trabalho foi criado para reformular e atualizar o Curso de Conselheiro Gestor realizado desde 2004 pelas regiões da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS). O Município de São Paulo possui mais de 6000 conselheiros que se renovam a cada dois anos, esses conselheiros atuam nas Supervisões Técnicas de Saúde (STS) e em todas as unidades de Saúde da SMS. Portanto sempre foi um enorme desafio garantir ações educativas que pudessem abarcar todo esse universo. A formação do GTEPCS possibilitou identificar desafios e barreiras para atuação do conselheiro, apontando para a necessidade de ações cotidianas de formação e qualificação da atuação do conselheiro que não se limitasse a execução de cursos no modelo escolar. No período de 2013 até o momento o Grupo tem colaborado para nortear as discussões locais, oferecendo subsídios para a construção da Política Municipal de Educação Permanente para o Controle Social, com participação do Conselho Municipal de Saúde, da Escola Municipal de Saúde central e regional, da Assessoria de Gestão Participativa central e regional e representante de conselheiros gestores de todos os segmentos de todas as regiões da cidade.

Dessa forma construiu-se um caminho para atender as peculiaridades e características do Município de São Paulo e que ampliou essa discussão junto aos conselheiros de saúde e às equipes das Coordenadorias e STS.

OBJETIVO

Implementar a Política Municipal de Educação Permanente para o Controle Social. Promover espaços de discussão para nortear e fortalecer a participação enquanto ferramenta de gestão do SUS nas regiões, que viabilize a qualificação dos conselhos em nível local. Elaborar os planos de Educação Permanente construído por cada STS, considerando as metas do Plano Municipal de Saúde e as particularidades de cada território, envolvendo os conselheiros gestores, a comunidade e suas lideranças.

METODOLOGIA

Pautada nas diretrizes e princípios estabelecidos pela Resolução CNS n.º 354/2005, sobre as Diretrizes Nacionais de Educação Permanente para o Controle Social no SUS e na metodologia descrita na portaria GM/MS n.º 1996 de 20/08/2007, que dispõem sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. O GTEPCS iniciou seus trabalhos sistematizando as experiências com capacitação dos conselheiros gestores desenvolvida desde 2004. Os problemas identificados nesse levantamento estavam paralisando qualquer possibilidade de se desenvolver novos cursos, pois a pessoas envolvidas não

estavam conseguindo encaminhar soluções satisfatórias para as dificuldades enfrentadas cotidianamente. Dessa forma o grupo se viu frente ao compromisso de implantar a Educação Permanente para o Controle Social, acreditando que essa é uma ferramenta que de fato pode qualificar o processo de trabalho do Conselho Gestor. Vale lembrar que a Educação Permanente (EP) não é apenas um "cardápio de cursos" oferecido continuamente. A EP é contra hegemônica, rompe com o modelo escolar, busca a desalienação do processo de trabalho e para atingir esses objetivos é necessário enfrentar os obstáculos e percorrer novos caminhos. Por essa razão o grupo se viu diante de duas frentes de trabalho: Trilhar um caminho que possibilitasse construir uma Política Municipal de EP para o Controle Social e elaborar um "currículo" a ser percorrido pelo Conselheiro Gestor utilizando estratégias Pedagógicas preconizadas pela EP.

RESULTADOS

A vivência coletiva do processo de construção da EP resultou na elaboração do Documento Norteador da Educação Permanente para o Controle Social na Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo que ainda encontra-se em discussão em toda a rede. Elaboração e aplicação de uma metodologia que permite construir o Plano de Educação Permanente baseado no Plano Municipal de Saúde. Definição do perfil de competências e habilidades do Conselheiro Gestor que orientam a construção do currículo e as estratégias pedagógicas que estão sendo elaboradas em cada STS. Elaboração de cartilhas para o Conselheiro Gestor. Produção de relatórios anuais que sistematizam as experiências locais e promovem ampla reflexão para construção de recomendações que norteiam a prática da participação popular e da gestão participativa. Aprovação de cinco resoluções no CMS sobre Educação Permanente, destacando a RESOLUÇÃO n.º 11/2016 - CMS-SP, de 20 de outubro de 2016 que institui as etapas do processo de elaboração, aprovação e execução dos Planos de Educação Permanente que possibilitam a descentralização das decisões, dando maior autonomia às regiões, incluindo a participação dos Conselhos de Saúde na decisão, acompanhamento e prestação de contas das atividades realizadas e recursos utilizados.

CONCLUSÃO

Os resultados alcançados pelo GTEPCS foram possíveis devido ao trabalho conjunto com participação de todos os segmentos de forma descentralizada e com apoio do Conselho Municipal de Saúde, das Escolas Municipais Regionais e Assessorias de Gestão Participativa das regiões. Esse trabalho representa um salto de qualidade quando se ampliam as ações de formação dos Conselheiros, buscando a construção e apropriação do conhecimento e não apenas sua transmissão. O conhecimento é compartilhado com todos os atores envolvidos, promovendo qualificação e transformação do processo de trabalho no cotidiano da prática dos conselheiros.